

## A AMÉRICA LATINA VISTA PELAS LENTES DA BIOPOLÍTICA E DA COLONIALIDADE

João Barros II<sup>1</sup>

DOI: 10.29327/2282886.8.1-1

Este número reúne contribuições muito variadas. Todas com seu valor específico. O/A leitor/a poderá apreciar reflexões sobre a América Latina a partir das lentes da biopolítica e da colonialidade. Duas correntes teóricas tão potentes, mas que somente há pouco tempo têm sido postas em diálogo aqui no Brasil.

O conceito de biopolítica, tão conhecido a partir das obras de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Maurizio Lazzarato e Achille Mbembe e outros, nos permite pensar o exercício do poder como gestão da vida biológica. Na forma apresentada por Michel Foucault, percebe-se a importância da sexualidade, tanto para a gestão da vida biológica da população, quanto para o governo das condutas. Agamben, por sua vez, nos proporciona, por exemplo, pensar o poder biopolítico aliado à economia e ao discurso religioso. Contudo, foi com a série *Homo sacer* que o autor ganhou grande repercussão. As vidas indignas de serem vividas passaram a ganhar destaque dentro da reflexão biopolítica (AGAMBEN, 2002). Uma discussão lateral dentro da obra de Foucault. O autor francês havia dedicado poucas páginas ao conceito de racismo de Estado, evidenciando o poder de morte sobre grupos indesejados. Mbembe (2018), por sua vez, deu outras cores ao debate, contextualizando a reflexão em ambiente marcado pela dominação colonial. A necropolítica foi uma inovação importantíssima, pois deixou de lado o eurocentrismo e trouxe à baila experiências comuns entre os povos colonizados.

Em *Inflexión decolonial* (2010), Restrepo e Rojas reivindicam Foucault como uma das influências para os estudos decoloniais. A compreensão de que o discurso é capaz de produzir realidade foi utilizada por alguns decoloniais no momento de se debruçar sobre as construções discursivas sobre a raça por exemplo. Categoria tão valorizada pelos decoloniais, a raça pode ser lida em muitos textos como uma construção discursiva que deu forma às relações do período colonial. Não só isso. Até hoje é possível perceber o estigma carregado pelas populações não brancas ao serem ligadas a um passado escravocrata.

---

<sup>1</sup> Dr. em Filosofia e Dr. em Ciências Sociais. Prof. do PPGICAL-UNILA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0324-7079> . Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2130617298017357> . E-mail: [joao.barros@unila.edu.br](mailto:joao.barros@unila.edu.br) .

Para mencionar apenas uma área do saber, muitos são os casos de doenças que foram relacionadas às ditas raças inferiores. Em *Cuidar, controlar, curar* (2004) vemos como o corpo negro foi culpado pela anemia. Ao conformar um grupo social pouco vulnerável a essa doença, o corpo negro foi considerado um parasita para a raça nacional. O discurso construído por uma classe de letrados brancos utilizou da anemia para apresentar críticas à miscigenação. Como se o sangue negro provocasse a perda do sangue ‘bom’ branco da nação de Porto Rico. Talvez esse e tantos outros casos sejam exemplos claros da maneira como a reflexão biopolítica se encontra com a crítica decolonial.

Nesse sentido, o dossiê *Biopolíticas decoloniais: leituras latinoamericanas* se apresenta como uma ótima contribuição para pensar a confluência desses conceitos.

Passando aos textos que compõem esse número, nossas primeiras palavras serão dedicadas aos textos de fluxo contínuo. Em *Biopolítica, decolonización y escuela* são apontadas algumas possibilidades didáticas para fazer frente ao mundo neoliberal. A escola não pode ser um ambiente do ‘salve-se quem puder’, justificando-se pela formação de pessoas que se sobressaem, mesmo que muitas outras fiquem pelo caminho. Nesse contexto, estratégias didáticas que privilegiam o esforço individual são priorizadas. Resumida a isso, a vitória individual também pode ser vista como submissão, e a escola pode ser tomada como seu principal celeiro.

Como alternativa ao papel da escola como construtora das premissas da competência e do lucro, está a opção de pensá-la e construí-la como um lugar de resistência e ruptura. No texto assume-se o objetivo de localizar o ensino como caminho para essa última alternativa frente ao modelo do neoliberalismo. Pessoas e lucro não podem ser contrapostos ao ponto de arriscar distintas formas de vida. Nesse sentido, a biopolítica de Foucault será útil para ver a escola como um dispositivo que colabora, desde o sistema colonizador, ao controle da vida.

No texto seguinte, *Biopolítica e colonialidade brasileira*, toma como principal referência o discurso de Antônio Bispo dos Santos, compreendido a partir do que Michel Foucault chamou de *saber sujeito*. O objetivo é enfatizar o modo como o sujeito pesquisado ganhou protagonismo, não necessitando mais de uma tradução cultural e podendo, com isso, expor suas *lutas em primeira pessoa*. Ao se colocar com

essa perspectiva, torna-se possível falar a partir de “saberes sujeitados”, considerado como saberes históricos antes desqualificados em comparação ao saber científico.

Analisando também o livro *O que não te contaram sobre o movimento antirracista*, de Geisiane Freitas e Patrícia Silva (2023), importante publicação conservadora no ano de 2023 que busca desqualificar o movimento antirracista, adota-se uma perspectiva contracolonial.

Por sua vez, em *A grande aldeia (estrangeira)*, o foco está na formação do discurso em sua interação com o poder. Designar o que é próprio e o que é estrangeiro, sob essa lupa, leva a estabelecer uma distinção entre identidade e diferença. Esses pares funcionaram como um dos mecanismos para sustentar a centralização hegemônica do espaço político-jurídico e sobre o qual as narrativas marginais e periféricas emergentes trabalharão para a sua atomização e pluralização.

Na sequência, vemos em *A construção colonial da homotransfobia e a sua perpetuação na era algorítmica em prol do fascismo eterno* parte de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) sobre o crime de homotransfobia para refletir a respeito da histórica criminalização das relações homoafetivas no Brasil. Resgatando uma homoafetividade histórica de algumas comunidades originárias, o texto retrata o quadro de afetação causado pela colonização europeia nessa área. Em nossos dias, a violência continua a ser perpetrada contra a comunidade LGBTQIAPN+, tendo seus direitos precarizados e ameaçados.

Em *Autorizar o ecocídio: Marx sem o trabalho abstrato*, há uma reflexão sobre a noção de trabalho abstrato na obra de Marx, tendo em conta leituras que fazem parte dessa tradição. O texto denuncia o capital como uma potência ecocida utilizando o ferramental teórico de Marx, para, com isso, enfatizar a urgência de se pensar o aniquilamento do metabolismo social na realidade das populações do Sul global.

Contemplando a temática ambiental, o texto *Catástrofe ancestral e os regimes de conhecimento cosmopolítico-territoriais* sinaliza para um entendimento sobre o atual sistema de produção como um sistema de destruição. Apontando para o Antropoceno, é problematizada a intensificação das mudanças climáticas ao ponto de pôr em risco a continuidade e a sobrevivência das sociedades.

O texto seguinte, *Sementes que sustentam a vida: experiências de construções biopolíticas insurgentes na defesa dos territórios e dos comuns*, apresenta uma crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola de grande escala. Em um passo seguinte, ressalta-se a resistência dos povos originários, camponeses e quilombolas como verdadeiros defensores dos territórios e modos de vida. Sendo tomados como parte de um patrimônio biocultural, esses povos permitem a circulação de semestres crioulas e conhecimentos sociais nelas forjados.

Em *Monumentos de soft power*, encontramos um debate muito profícuo sobre a disseminação de certo padrão museológico e arquitetônico. O texto tem como foco o Centro cultural de arte Pompidou, instituição francesa que abriga a maior coleção de arte contemporânea do mundo. A previsão é que uma filial será construída em Foz do Iguaçu-PR, na fronteira com a Argentina e o Paraguai. Considerado um caso importante de diplomacia cultural, o museu joga um importante papel na configuração da memória e das identidades coletivas.

Na sequência, *Tecnologias de gestão da morte e políticas de vida* nos lança em um debate sobre a atividade garimpeira em territórios indígenas. Danos ambientais, proliferação de doenças nas comunidades indígenas, intensificação da desnutrição e mortalidade infantil decorrentes da degradação das áreas dedicadas à produção de alimentos, abusos, agressões e violação de direitos coletivos e individuais. Todos esses são reflexos da atividade de garimpo em terras indígenas. Não por outro motivo, a autora reivindica o conceito de necropolítica para tratar desse tema.

Pondo em tela os desafios da comunidade LGBTQIA+, o texto “*Bichas pretas*” e a produção de narrativas decoloniais no cotidiano midiático trata de reflexões sobre narrativas decoloniais protagonizadas por pessoas que se autointitulam bichas pretas na plataforma *YouTube*. Enfocando os estudos de linguagem, representação e produções de sentidos sob a ótica do circuito dos afetos e das afetações, o recorte de mídia proporciona uma perspectiva sobre formas de vida que estão assentadas em afetos específicos. Utilizando o arcabouço decolonial para dar voz a sujeitos marginalizados, é possível fazer uma intersecção com o racismo buscando compreender a produção de narrativas de si como táticas de sobrevivência diante da subalternização destas existências.

Outro tema atual abordado no dossiê é a chamada guerra contra as drogas. Em *Biopolítica de guerra às drogas em Abya yala* os autores lançam mão dos arcaísmos foucaultiano e decolonial no intuito de fundamentar uma crítica à proibição a algumas drogas no contexto latino-americano. A guerra às drogas é encarada como uma política internacional estadunidense, e como tal, de caráter intervencionista e racista em nossos países. Diante desse cenário, ao invés da noção de guerra, é proposta uma política de educação em relação às drogas, sejam elas de quais áreas forem: medicamentos, produção de alimentos, recreação, etc.

Como último texto do dossiê, *Corpo-voz na poética indígena* proporciona uma abordagem alternativa à história indígena no contexto educacional. Tendo como ponto de partida a obrigatoriedade do ensino da história indígena instituída pela Lei nº 11.645/2008, o texto expõe uma crítica à chamada ficcionalização que envolve a construção pedagógica sobre esses povos. Ao apresentar uma crítica ao índio de tinta e papel, o texto nos convida a repensar a ideia que temos sobre esses povos e seu papel na construção da sociedade brasileira.

No que tange aos textos de fluxo contínuo, o texto *Políticas culturais na América Latina: contribuições teóricas* dá sequência a uma reflexão sobre políticas públicas na área da cultura que foi tema de nosso número anterior. Fazendo parte do Projeto Mapeamento da produção de conhecimento em políticas culturais (MapaCULT), o texto propõe analisar o impacto das publicações científicas nas áreas de cultura e política cultural. Não por isso o fim último será uma análise quantitativa da produção de conhecimento, mas abordagem crítica, sistemática e contextual.

Nos conduzindo por uma viagem aos anos 1920, o texto *Aqueles “ao lado”, os “de cima”, os “de baixo” e os “de fora”: revisitando políticas culturais latino-americanistas nos anos 1920* nos leva ao momento fundacional das políticas culturais de integração do continente. Tendo em comum a percepção de um perigo imperialista ianque, o olhar para a longa trajetória das políticas de integração latino-americana não pode deixar de ser acompanhado pela lembrança de um projeto de soberania geopolítica do continente.

O artigo *Abolição: promessa descumprida* é uma importante contribuição por ser fruto de uma parceria entre atores da academia e do judiciário. Esforço interdisciplinar e interinstitucional que investiga as razões históricas para uma condição de exclusão

política e social vivenciada pelos quilombos no Brasil. A demora, por parte do Estado brasileiro, em titular as terras é tomada como uma decisão política que represa a demanda social por maior acesso aos direitos políticos, culturais e sociais por parte das populações que habitam esses espaços. Essa insegurança jurídica fragiliza essas comunidades ao se defrontarem com o assédio capitalista visando à exploração econômica ou à especulação imobiliária.

Finalizando a seção de fluxo contínuo, o artigo *Deus acima de todos e a verdade libertadora* nos proporciona uma abordagem a respeito da influência da religião sobre a política externa brasileira. Para esse debate, os autores e autoras mobilizam o arcabouço da análise dialógica do discurso (ADD) aplicada a falas de algumas autoridades do primeiro escalão do governo federal durante o governo Jair Bolsonaro.

Por fim, há uma seção de entrevistas e uma resenha, sendo que as primeiras estão relacionadas ao dossiê.

Fruto de um grande esforço empreendido por parte dos organizadores, fazemos questão de parabenizá-los/as pelo resultado do dossiê que compõe esse número. Em condições normais, esse reconhecimento já seria merecido. Contudo, essa atividade se deu em pleno cenário de tragédia vivida no Rio Grande do Sul. Aos organizadores nossa solidariedade diante de um contexto tão desafiador. Que esse número possa contribuir para reflexões que tangenciam ao menos alguns aspectos envolvidos nessa experiência tão sofrida.

A todos e todas uma boa leitura.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer – poder soberano e vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Orgs). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Editorial Universidad de Cauca, 2010.